



GOVERNANÇA PAN-AMAZÔNICA

MUDANÇAS CLIMÁTICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Monitor da Governança Pan-Amazônica

Agosto de 2023

Este monitor registra como a Amazônia apareceu na agenda dos presidentes e Ministérios de Relações Exteriores dos países sul-americanos amazônicos em agosto de 2023. Ao final, também inclui destaques do trabalho da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) no mesmo período. Através de monitores mensais, o OPSA busca criar uma base de informações públicas que permitam avaliar as convergências e divergências políticas entre os governos analisados nos múltiplos temas que envolvem a Pan-Amazônia, além de acompanhar a trajetória da OTCA ao longo do tempo.

A série de monitores faz parte do projeto de pesquisa “Governança policêntrica, mudanças climáticas e desenvolvimento sustentável na Pan-Amazônia”, desenvolvido pelo OPSA desde julho de 2023, em parceria com o [OIMC](#) e o [LEGAL](#). O projeto é financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), no âmbito do edital [Iniciativa Amazônia+10](#).

Sumário

Bolívia	2
Brasil.....	4
Colômbia	7
Equador.....	8
Guiana.....	10
Peru.....	12
Suriname.....	14
Venezuela	15
OTCA	17

Bolívia

Por Marília Closs e Débora Bedim

Em 8 e 9 de agosto, ocorreu, na cidade brasileira de Belém, a IV cúpula de chefes de Estado dos países signatários do Tratado de Cooperação Amazônica, assinado em 1978, mas, desde então, pouco acionado. Encontros semelhantes ocorreram apenas em 1989, 1992 e 2009. Os países voltaram a se reunir em 2023 após convocação do Brasil, feita pelo governo Lula no início do ano.

A Bolívia chegou à cúpula da OTCA com uma série de complexidades e desafios na sua gestão da Amazônia. O país hoje é um dos que mais desmatam percentualmente no globo – com dados alarmantes (1) e majoritariamente concentrados na região amazônica do país – e é um dos únicos países da Pan-Amazônia que não estabeleceram compromissos de acabar com o desmatamento até 2030.

O desmatamento na Bolívia é complexo, pois está intimamente conectado à expansão da fronteira agrícola e pecuária, sobretudo de soja, milho e gado. Ocorre principalmente no departamento de Santa Cruz, o maior em termos de extensão territorial. Além disso, é um fenômeno que está ligado ao “*avasallamiento*”, processo de migração de trabalhadores de outras categorias rurais em direção à floresta para a ampliação de outros cultivos, como a folha de coca. Muitas vezes o “*avasallamiento*” é atravessado por violências, além de contribuir para a expansão de atividades ilegais (pesca ilegal, exploração da madeira) e do narcotráfico.

Outros conflitos socioambientais também estão presentes na região amazônica do país, como a expansão da mineração aluvial ilegal (principalmente de ouro) nos rios, que polui e degrada o bioma (contaminação por mercúrio) e afeta grande parte dos povos indígenas da região; a ampliação do crime organizado, especializado em crimes ambientais; e a extração de gás na transição entre o bioma amazônico e o Chaco.

Foi com este pano de fundo que a delegação boliviana, composta pelo presidente, Luis Arce, pelo Ministro das Relações Exteriores, Rogelio Mayta, e pelo Ministro do Meio Ambiente e da Água, Rubén Mendez Estrada, chegou a Belém. Em seu discurso, Arce afirmou que o mundo passa por múltiplas crises em função da superexploração da natureza. Apontou que o principal responsável é o capitalismo, que coloca em risco a humanidade e que se reproduz por meio de usurpações no século XXI. Assim, reconheceu que a crise climática é uma realidade, mas que ela não é causada pelos países latino-americanos. Reivindicou o princípio das “*Responsabilidades Comuns Porém Diferenciadas*”, politicamente gestado na Rio-92.

Em suas palavras: “O fato de a Amazônia ser um território tão importante não implica que toda a responsabilidade pelas consequências e efeitos da crise climática tenham que recair nas nossas mãos e nas nossas economias, porque essa crise climática mundial não foi gerada por nós”. Arce defendeu a importância da soberania e da autodeterminação dos povos, principalmente dos povos indígenas originários. Destacou a vanguarda da Bolívia em reconhecer constitucionalmente os direitos da Pachamama e a plurinacionalidade.

Arce diagnosticou que a crise climática tem responsáveis principais: os países ditos desenvolvidos. Denunciou que estes países têm interesses na Amazônia, especialmente os Estados Unidos e europeus. Para ele, enquanto o primeiro tem instalado centros militares e procura militarizar a região, países europeus têm expandido a presença nela por meio de instrumentos não-militares, como organizações não-governamentais (ONGs). Com isso, seu discurso se encaminhou para a rejeição de qualquer tentativa de exploração da região amazônica por potências estrangeiras.

Por fim, o presidente boliviano apontou 7 linhas de ação que acredita que a OTCA deveria seguir. São elas: o fortalecimento institucional da organização; a demanda por financiamentos e tecnologias inovadoras; a participação em mecanismos internacionais (com destaque para a Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos, a CELAC); o desenvolvimento sustentável e a participação indígena no processo; a integração regional para enfrentar desafios críticos; a rejeição à militarização e ingerência estrangeira na região; e o fortalecimento de uma agenda regional coordenada para fazer face a desafios como a mineração ilegal, o tráfico de drogas e o crime organizado.

Cabe notar que, ainda que o discurso de Arce tenha sido construído para defender politicamente o desenvolvimento sustentável, a participação dos povos indígenas e uma relação menos predatória com a natureza, a prática do governo boliviano tem sido diferente. O aumento no nível do desmatamento é acompanhado da manutenção de políticas extrativistas, com uma economia profundamente dependente da exploração de gás natural e de políticas de promoção do “avasallamiento”. Um resultado disso é que, segundo a imprensa (2), fontes (anônimas) afirmam que uma das principais polêmicas da cúpula – a discussão sobre a exploração de petróleo na floresta – teve, na delegação na Bolívia, uma de suas principais vozes: a delegação se colocou de forma firmemente contrária à inclusão, na Declaração de Belém, de menções ou metas de diminuição ou encerramento da utilização de energias fósseis na região.

Referências:

- 1) Apenas em 2021, por exemplo, a perda de bosques florestais chegou a 268 mil hectares. Disponível em: <https://es.mongabay.com/2023/01/desafios-ambientales-de-bolivia-en-2023-invasiones-y-deforestacion/>.
- 2) Disponível em: https://eldeber.com.bo/edicion-impresa/ideologia-e-intereses-economicos-frenan-objetivos-comunes-de-proteccion-de-la-amazonia_336735.

Brasil

Por Diogo Ives e Guilherme Fritz

O Brasil convocou e sediou a cúpula da OTCA em Belém, cidade que também busca que seja a sede da COP-30 da ONU, em 2025. A intenção de organizar a cúpula foi anunciada ainda na campanha eleitoral de Lula à Presidência da República, em 2022, quando Celso Amorim – então integrante da equipe de trabalho e hoje assessor-chefe da Assessoria Especial da Presidência da República – declarou à imprensa que a intenção seria renovar o significado político do TCA (assinado em 1978), após quatro anos de avanço de exploração predatória da floresta amazônica durante o governo Bolsonaro (3).

Além de convidar todos os países amazônicos para a cúpula, o Brasil estendeu convites para a França (devido ao território ultramarino da Guiana Francesa), o Congo, a Indonésia e a República Democrática do Congo. A intenção de se aproximar dos últimos três países, dotados de grandes florestas tropicais como o Brasil, também foi manifestada ainda na eleição de 2022. O chefe da campanha de Lula, Aloízio Mercadante (hoje presidente do BNDES), declarou que o objetivo seria formar uma aliança estratégica entre países em desenvolvimento para pressionar países desenvolvidos, em negociações da ONU, a cumprir promessas de ajuda financeira para o enfrentamento das mudanças climáticas (4).

A agenda que o Brasil levaria para a cúpula foi debatida publicamente entre órgãos do Estado e representantes da sociedade civil nos meses anteriores ao evento. Entre 16 e 18 de maio, foi realizado o seminário “Desenvolvimento Sustentável na Amazônia”, organizado pela Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG), no Palácio do Itamaraty, em Brasília. A finalidade foi reunir propostas através de oito painéis de discussão, além das mesas de abertura e encerramento, sobre diversos temas relacionados à Amazônia. Compareceram representantes de diferentes ministérios do governo federal, Câmara dos Deputados, Superior Tribunal de Justiça, governo estadual do Pará e sociedade civil (entidades empresariais, movimentos

sociais, ONGs, Igreja e academia). Todos os painéis e mesas foram filmados e disponibilizados pela FUNAG no seu canal do YouTube (5).

Em 27 de junho, o Itamaraty organizou uma reunião interministerial para finalizar a construção da posição brasileira. Segundo a pasta, “cerca de 40 ministérios e órgãos do [governo federal] participaram da elaboração do texto da declaração presidencial, que incorporou contribuições de entidades acadêmicas e da sociedade civil” (6). Também em preparação à cúpula, o Instituto Rio Branco, ligado ao Itamaraty, organizou o I Curso sobre Diplomacia Amazônica para Jovens Diplomatas dos Países-Membros da OTCA, entre 31 de julho e 3 de agosto. A programação do curso previu a realização de quatro painéis, que reuniram, novamente, representantes de diferentes órgãos do Executivo federal e do Superior Tribunal de Justiça, além de autoridades da OTCA e da ONU (7).

Por sua vez, igualmente antecedente à cúpula, a Secretaria-Geral da Presidência da República organizou, nos dias 4 a 6 de agosto, os Diálogos Amazônicos, também em Belém. Tratou-se de uma série de 300 eventos com participação de 27 mil pessoas da sociedade civil, órgãos de Estado e instituições multilaterais. Propostas foram consolidadas em seis relatórios entregues aos chefes de Estado no início da cúpula presidencial, abordando temas como ações emergenciais para a proteção da floresta, povos indígenas, defesa de ambientalistas, erradicação do trabalho escravo, racismo ambiental, saúde, ciência, agroecologia e transição energética (8). Também foi lançada a Carta dos Povos Indígenas da Bacia da Amazônia, que pede a proteção de economias indígenas, a demarcação de territórios, o direito à consulta sobre projetos que afetem as comunidades e a criação de zonas de exclusão da exploração de petróleo, incluindo a foz do Rio Amazonas (9).

Finalmente, durante a cúpula da OTCA, o presidente Lula fez um discurso (10) marcado por críticas ao governo antecessor, por anúncios de políticas nacionais de proteção da Amazônia e por propostas de cooperação regional em diferentes temas. O governo de Jair Bolsonaro foi chamado de negacionista e de promotor, na ONU, de um nacionalismo primitivo, que responsabilizava índios e caboclos por queimadas na floresta amazônica. O ex-presidente foi acusado de abrir as portas para ilícitos ambientais e o crime organizado.

A fim de superar um período marcado pela falta de respeito à democracia, Lula lembrou que criou o Ministério dos Povos Indígenas, pela primeira vez na história, e que enviou o pedido de ratificação, ao Congresso Nacional, do Tratado de Escazú, que procura proteger defensores do meio ambiente e facilitar o acesso à informação ambiental na América Latina e no Caribe. Também prometeu que o Brasil pretende zerar o desmatamento até 2030, que fomentará a

restauração de florestas para a produção de alimentos através do Programa Nacional de Florestas Produtivas e que desempenhará um papel central na transição energética, liderando a produção de fontes limpas. Contudo, silenciou sobre proibir a exploração de petróleo no litoral amazônico, objetivo atual da Petrobras que encontra resistência no IBAMA.

No que se refere às iniciativas regionais, Lula anunciou a criação, em Manaus, de um Centro de Cooperação Policial Internacional, com a presença de forças federais e estaduais, além de apoio das Forças Armadas sobretudo em faixas de fronteira. O órgão também buscava criar um sistema integrado de controle de tráfego aéreo. Além disso, o presidente brasileiro propôs o fortalecimento da OTCA por via da dotação de mais recursos próprios, da criação de uma instância decisória entre chefes de Estado (o órgão mais alto existente é entre chanceleres) e da ampliação do seu programa de ação, por meio tanto da criação de um painel técnico-científico intergovernamental, quanto da elaboração de iniciativas de cooperação a partir dos dados fornecidos pelo Observatório Regional Amazônico sobre recursos hídricos, saúde, biodiversidade e mudança do clima. Finalmente, Lula defendeu a revitalização do Parlamento Amazônico.

Referências:

- 3) Disponível em: <https://www.reuters.com/world/americas/lula-aide-calls-amazon-rainforest-summit-early-2023-2022-10-19/>.
- 4) Disponível em: <https://www.reuters.com/world/americas/exclusive-lula-pushes-brazil-indonesia-congo-cop-forest-alliance-if-elected-2022-08-31/>.
- 5) Disponível em: <https://www.youtube.com/@FunagBrasil/streams>.
- 6) Disponível em: <https://twitter.com/ItamaratyGovBr/status/1673780601755783168>.
- 7) Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/PTProgramaCursoDiplomaciaAmaznicaAIG.pdf.
- 8) Disponível em: <https://www.gov.br/secretariageral/pt-br/assuntos/dialogosamazonicos/relatorios>.
- 9) Disponível em: <https://apiboficial.org/2023/08/07/carta-dos-povos-indigenas-da-bacia-da-amazonia-aos-presidentes/>.
- 10) Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos-e-pronunciamentos/2023/discurso-do-presidente-luiz-inacio-lula-da-silva-durante-a-cupula-dos-paises-amazonicos-em-belem-pa>.

Colômbia

Por Isabella Pereira e Júlia Furtado Reis

A intervenção do presidente Gustavo Petro, na cúpula da OTCA, teve destaque no debate geral do evento, realizado em agosto de 2023. Seu discurso (11) reforçou a urgência do fim da exploração de petróleo, gás e carvão na Amazônia e propôs medidas econômicas, judiciais e militares para a proteção da floresta. Fez, ainda, uma dura crítica aos demais governos progressistas, ao apontar que, enquanto a direita e a extrema-direita se apoiam no negacionismo científico, a esquerda por vezes se vale de outro tipo de negacionismo quando adia decisões que são fundamentais para a manutenção da vida, como o fim da exploração de hidrocarbonetos.

Em síntese, Petro criticou a reação geral de políticos à crise climática. Segundo ele, a política está presa na retórica, já que está vinculada aos interesses dos capitais de economias baseadas em combustíveis fósseis. Lembrou que cabem aos líderes da região amazônica tomar decisões importantes, em um momento no qual a humanidade está às margens da extinção. Também apontou que o agravamento da crise na floresta amazônica tem repercussões desastrosas para a América do Sul: grande parte da água da Colômbia e dos Andes é oriunda da floresta, por exemplo, e a escassez da água poderia causar uma grande crise migratória em direção aos Estados Unidos, em um futuro próximo.

A superação da exploração de hidrocarbonetos é vista por Petro como inegociável para se atingir resultados positivos na mitigação da crise climática. Nos seus termos, deve-se pensar em uma “prosperidade descarbonizada”, ou seja, um modelo de sociedade que consegue prosperar sem carbono. Portanto, o fim da exploração do petróleo, gás e carvão na Amazônia deve ser um imperativo, de acordo com o presidente colombiano, posição esta que o distingue de seus homólogos.

Sobre o desmatamento, Petro lembrou que a Colômbia, em 2020, se comprometeu a chegar a um desmatamento zero, e que, em relação ao ano de 2022, o país já reduziu a área desmatada em 70%. Todavia, ainda que chegar ao desmatamento zero seja importante, levando em consideração o dano já acumulado às florestas, tal prática não é suficiente, segundo Petro. O presidente afirmou que se deve pensar em formas de não degradação e revitalização das florestas.

Petro propôs que os países do Norte geopolítico troquem a dívida externa dos países amazônicos por ação climática. Liberar espaço orçamentário seria um primeiro passo para

elaborar um plano mundial de investimento permanente e anual que ponha em marcha a revitalização da Amazônia. Além disso, Petro defendeu a criação de um Tribunal de Justiça Ambiental Amazônico, que reconheça os direitos da floresta e julgue crimes contra ela. Ainda no mesmo tema, sugeriu a assinatura de um tratado militar e judicial, de forma a facilitar interdições de qualquer contravenção na Amazônia. Por fim, propôs a criação de um centro comum científico de pesquisas sobre a floresta amazônica, encarregado de compreender formas de implementação da bioeconomia.

Referências:

11) Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=457F1JV5b48>.

Equador

Por Ghaio Nicodemos

O presidente Guillermo Lasso não compareceu à cúpula da OTCA, no Brasil, alegando razões de política interna não especificadas. O Equador foi representado no evento por seu ministro de Relações Exteriores, Gustavo Miranda, que já havia exercido o cargo de ministro do Meio Ambiente entre maio de 2021 e maio de 2023. Em seu discurso (12), Miranda reivindicou, sobretudo, a proteção da biodiversidade na floresta amazônica, no que toca a fauna e a flora.

Miranda afirmou que, apesar de a Amazônia cobrir menos da metade do território de seu país, é nela que existem os maiores bolsões de espécies protegidas de aves e anfíbios, localizadas no Parque Nacional de Yasuní. Para estimular maiores proteções regionais, propôs a criação de uma Organização dos Países Megadiversos (OPAME) ou Grupo dos 17 (G-17), que se encarregaria de preservar a biodiversidade por via da perspectiva dos Estados nacionais que abrigam grande variedade de espécies.

O ministro também elogiou a assinatura de um acordo entre o Equador e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), com sede nos Estados Unidos e hoje dirigido por Ilan Goldfajn, ex-diretor do Departamento do Hemisfério Ocidental do Fundo Monetário Internacional (2021-2022). Pelo acordo, parte da dívida externa do país foi convertida em recursos para políticas ambientais, especificamente a proteção e a conservação das Ilhas Galápagos (13).

Além disso, Miranda destacou a importância da floresta como patrimônio cultural dos povos originários e criticou a violência que o extrativismo exerce sobre a população nativa da região. A melhoria das condições sociais foi lembrada como um dos fatores que pode auxiliar na conservação da floresta. Mecanismos de mitigação da pobreza, de proteção social e de fomento ao desenvolvimento integrado podem garantir que a floresta permaneça de pé, segundo o ministro.

Por fim, Miranda atentou para o funcionamento institucional da OTCA. Reforçou a candidatura de Edith Paredes, equatoriana, para assumir a direção executiva da organização, pleito que o Equador sustenta desde maio deste ano. O representante equatoriano reforçou a importância da rotatividade da liderança da organização e a necessidade de fortalecimento da instituição enquanto organização técnica e política. Com isso, destacou que a equidade de gênero deve ser observada em todos os níveis de cooperação estabelecidos pelos países membros da OTCA.

Para além da cúpula amazônica, cabe registrar a realização de um importante plebiscito que ocorreu no Equador, em agosto, relacionado à região e seu entorno. Foram feitas duas consultas populares sobre práticas de extrativismo em regiões de reservas florestais. A primeira consulta, de caráter nacional, questionou a população sobre a interrupção da exploração petrolífera na reserva de Yasuní, na região amazônica, pauta defendida pelas principais organizações indígenas do país há anos (14). A segunda consulta, de caráter local, perguntou sobre a continuidade da mineração na reserva ambiental do Choco Andino, cujo ecossistema serve de transição entre a Amazônia e os Andes e é responsável pela provisão de água para a província de Pichincha, onde se localiza capital do país, Quito.

Na consulta que dizia respeito à Amazônia, o voto no ‘Sim’, favorável à interrupção das atividades petrolíferas na reserva Yasuní, ganhou com 59% dos votos. As principais forças políticas que fizeram campanha contra a exploração de petróleo foram a Unión Nacional de Educadores (UNE), a Unión General de Trabajadores del Ecuador (UGTE) e a Confederación de Nacionalidades Indígenas del Ecuador (CONAIE). A expectativa é que, se respeitado o resultado da consulta, o fim da exploração em Yasuní ocorrerá em até 18 meses, o que limitará a exploração de mais de 725 milhões de barris de petróleo, mais de 1/5 de todas as reservas de petróleo do país. Na segunda consulta, sobre mineração no Choco Andino, o voto ‘Sim’ ganhou com cerca de 68% (15).

O plebiscito atravessou a campanha presidencial em andamento no país (16). O candidato Daniel Noboa, da direita, mais convergente a Lasso e com um discurso em favor da

sustentabilidade, apoiou o voto no “Sim”. Por sua vez, Luisa González, da esquerda ligada ao ex-presidente Rafael Correa, foi evasiva quando questionada sobre o tema, porém, enquanto legisladora, já havia se posicionado a favor da exploração na região amazônica. Após o resultado do plebiscito, a candidata começou a dar indícios de que, se eleita, buscará reverter o resultado e manter a exploração de petróleo na reserva Yasuní (17). Noboa e González disputarão o 2º turno da eleição em outubro.

Referências:

- 12) Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=457F1JV5b48>
- 13) Disponível em: <https://www.iadb.org/es/noticias/ecuador-completa-la-mayor-conversion-de-deuda-por-naturaleza-del-mundo-con-apoyo-del-bid-y>
- 14) Disponível em: <https://www.expreso.ec/actualidad/economia/extractivismo-yasuni-choco-andino-toma-fuerza-170600.html>
- 15) Disponível em: <https://www.eluniverso.com/noticias/economia/riesgo-pais-ecuador-tras-resultados-elecciones-presidenciales-2023-y-consulta-yasuni-nota/>
- 16) Disponível em: <https://www.primicias.ec/noticias/elecciones-presidenciales-2023/candidatos-luisa-gonzalez-daniel-noboa-derechos/>
- 17) Disponível em: <https://www.larepublica.ec/blog/2023/08/29/luisa-dice-que-no-se-ha-dado-todavia-la-ultima-palabra-sobre-la-explotacion-petrolera-en-el-yasuni/>

Guiana

Por Guilherme Fritz

Tanto o presidente quanto o primeiro-ministro da Guiana, Irfaan Ali e Mark Phillips, respectivamente, compareceram à cúpula da OTCA, realizada no Brasil, em agosto de 2023. A ida de ambos salientou a importância política atribuída ao encontro. A Guiana possui 85% de seu território coberto por florestas tropicais, especialmente a Amazônia, o que lhe dá centralidade na geografia nacional. Além disso, a capital, Georgetown, foi construída abaixo do nível do mar, o que aumenta a importância do debate climático para o país (18).

A cúpula recebeu grande cobertura na imprensa local (19). Irfaan Ali afirmou que a Amazônia é um meio estratégico para uma inserção internacional favorável da Guiana, mas que as demandas globais pela preservação ambiental são um desafio para o futuro do país. Por sua vez, Mark Phillips ressaltou a importância da preservação da floresta e dos povoados indígenas

que nela vivem. Entretanto, afirmou que a preservação precisa vir acompanhada de desenvolvimento econômico. A Amazônia ofereceria grandes oportunidades para o ecoturismo guianense e para a captação de divisas. Além disso, o primeiro-ministro enfatizou a importância de se diversificar a matriz energética do país, o que classificou como uma tarefa urgente e comum a todos os países amazônicos.

Em 2015, foram descobertas enormes reservas de petróleo na costa da Guiana, de tal forma que, na primeira metade de 2023, foi o país que mais cresceu economicamente no mundo, impulsionado pelas atividades do setor de óleo e gás. A exploração é conduzida pela empresa estadunidense Exxon Mobil, que conta com incentivos fiscais do governo guianês (20).

Ainda no mês de agosto, Irfaan Ali recebeu a visita do ex-Primeiro Ministro britânico, Tony Blair. Durante o encontro, Ali argumentou que a Guiana é um país ímpar no combate à crise climática por conta de sua grande cobertura florestal, mas que é fundamental que os valores de um crédito de carbono aumentassem de US\$7,00 para US\$70,00 (21).

Em síntese, o atual governo guianês encontra-se diante de um possível dilema para o desenvolvimento do país. Por um lado, tende a viver um aprofundamento da produção de petróleo offshore, aumentando a oferta de um combustível fóssil crítico para o aquecimento global. Por outro lado, demanda financiamento via mercado de crédito de carbono para aumentar a conservação ambiental da Amazônia. Em ambos os casos, a Guiana depende de forças externas (22).

Referências:

18) Disponível em: <https://www.kaieteurnewsonline.com/2021/11/07/georgetown-among-9-cities-forecast-to-be-under-water-by-2030-climate-central/>.

19) Disponível em: <https://guyanachronicle.com/2023/08/08/amazon-nations-summit-faces-fault-lines-on-oil-deforestation/> ; <https://guyanachronicle.com/2023/08/13/amazon-protection-and-climate-change-summits-provide-fresh-possibilities-for-caricom/> ; <https://guyanachronicle.com/2023/08/11/preserving-amazonia/> ; <https://guyanachronicle.com/2023/08/31/guyana-to-champion-more-regional-financing-at-cop28/>.

20) Disponível em: <https://www.kaieteurnewsonline.com/2023/08/28/worst-oil-contract-should-be-replaced-with-new-model-agreement-oggn/>.

21) Disponível em: <https://www.minfor.gov.gy/newsroom/his-excellency-president-dr-irfaan-ali-met-former-prime-minister-united-kingdom-sir-tony>.

22) Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2023/09/petroleo-fez-jorrar-dinheiro-na-guiana-mas-empurra-pais-para-encruzilhada.shtml>.

Peru

Por Kethlyn Winter e Jefferson Nascimento

A presidenta do Peru, Dina Boluarte, esteve presente na cúpula da OTCA. Foi a sua primeira participação em um evento internacional desde que assumiu o cargo, em 7 de dezembro de 2022, após a tentativa do ex-presidente Pedro Castillo de fechar o Congresso nacional. A viagem ocorreu em meio a uma longa crise política no país, na qual grupos domésticos e líderes latino-americanos questionam a legitimidade do governo Boluarte. Nesse contexto, como o país não possui um vice-presidente no momento, a participação de Boluarte só pôde ser confirmada depois que o Congresso aprovou uma lei permitindo que a mandatária governasse de forma remota (23).

No seu discurso (24), Boluarte defendeu a relevância do Peru no que tange à preservação da Amazônia, devido ao fato de ser o país que detém a segunda maior porção territorial da floresta, ficando apenas atrás do Brasil, e abrigar as cabeceiras mais altas do Rio Amazonas, localizadas nos Andes. A mandatária peruana enfatizou que a preservação ambiental e o desenvolvimento sustentável devem estar intrinsecamente ligados ao respeito pelos direitos das comunidades indígenas e de todas as pessoas que habitam essa região.

Além disso, propôs que sejam realizadas políticas públicas voltadas para dar um “rosto humano” à Amazônia. Seus objetivos deveriam incluir o estímulo ao potencial das atividades desenvolvidas na região, valorização do conhecimento ancestral dos povos originários, fomento de programas educativos nos idiomas nativos, promoção de mecanismos de consultas aos povos locais, disseminação da cultura amazônica, incentivo ao turismo sustentável, entre outras finalidades.

A presidenta peruana destacou, ainda, a necessidade de se conseguir mais financiamentos junto aos bancos de desenvolvimento para as iniciativas de preservação da floresta. Ressaltou que há a necessidade de a comunidade internacional se mobilizar mais para cooperar, sem que haja “condicionamentos impostos pelos países com mais recursos”. Boluarte defendeu também que os países amazônicos promovam uma aliança contra as atividades ilícitas na região. Ao final do seu discurso, fez um convite cordial ao presidente brasileiro para visitar o Peru.

Apesar de enfatizar a necessidade de criação de políticas diversas, Boluarte não propôs nenhum projeto concreto para implementá-las. Tampouco houve menção aos inúmeros casos de assassinatos de ativistas ambientais que vêm ocorrendo no país. Além disso, o tema das mudanças climáticas não teve centralidade no seu discurso, apesar dos prognósticos preocupantes acerca dos efeitos do fenômeno El Niño para o Peru no final deste ano. Segundo o *Centro Nacional de Estimación, Prevención y Reducción del Riesgo de Desastres* (Cenepred), existem 8.888 pontos críticos com riscos de inundações e deslizamentos em todo o país, e apenas 5% do orçamento transferido do Executivo nacional para os governos regionais para obras e serviços de prevenção de desastres foi investido pelos governadores (25).

Tanto o apelo para a proteção dos direitos humanos, especialmente daqueles que têm sido historicamente marginalizados na região, quanto o gesto diplomático de convite ao presidente Lula, demonstram uma tentativa de Boluarte de apaziguar o momento tenso em que se encontra seu mandato. Sua presidência vem sendo marcada por manifestações populares e pressões para a convocação de novas eleições, evidenciando uma polarização política e social no país.

Ao participar de um evento internacional de relevância, como a cúpula da Amazônia, Boluarte busca demonstrar seu compromisso com questões cruciais, como a preservação ambiental e o respeito pelos direitos humanos, a fim de consolidar sua liderança e legitimidade interna e externamente. O investimento do governo peruano em fortalecer as relações bilaterais com o Brasil, um país vizinho e de grande relevância na região amazônica, por meio de um convite à visita de uma figura política de destaque como Lula, poderia fomentar o diálogo e a cooperação entre os dois países em questões ambientais e socioeconômicas (26). Além disso, cabe acompanhar se Boluarte levará estes temas para a Aliança do Pacífico, bloco no qual assumiu a presidência “pro tempore” e que conta também com a Colômbia como país amazônico, além do Chile e do México.

Referências:

23) Disponível em: <https://www.lanacion.com.ar/agencias/boluarte-viaja-a-cumbre-amazonica-en-brasil-su-primera-polemica-salida-al-exterior-nid07082023/>.

24) Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=457F1JV5b48>.

25) Disponível em: <https://larepublica.pe/sociedad/2023/08/31/el-nino-hay-casi-9000-puntos-criticos-por-huacos-e-inundaciones-cenepred-senamhi-miguel-yamasaki-dina-boluarte-1401045>.

26) Disponível em: <https://larepublica.pe/politica/gobierno/2023/08/07/dina-boluarte-el-viaje-de-dina-boluarte-a-brasil-busca-paliar-la-critica-internacional-viaje-dina-boluarte-batalla-de-junin-cooperacion-amazonica-457485>.

Suriname

Por Guilherme Fritz

O presidente do Suriname, Chan Santokhi, não compareceu à cúpula da OTCA, nos dias 8 e 9 de agosto, em Belém. A justificativa foi a coincidência com o Dia da Imigração Javanesa, data considerada importante no país (27). Em seu lugar, enviou Albert Randim, Ministro das Relações Exteriores.

Durante sua fala no evento, Randim deixou claro que a cooperação entre todos os países amazônicos é fundamental não apenas para a preservação da floresta, mas também para o desenvolvimento econômico da população que vive nela. Nesse sentido, defendeu a importância de um mercado de créditos de carbono comum entre os países amazônicos (28).

Além disso, enquanto estava no Brasil, Randim visitou a Transpetro com o intuito de articular uma parceria entre a empresa brasileira e a Staatsolie, empresa estatal do Suriname. A intenção é averiguar possibilidades de cooperação na área de infraestrutura do setor de óleo e gás.

Desde 2020, o Suriname já descobriu 4 bilhões de barris de petróleo, mas a produção caminha a passos lentos. O primeiro projeto offshore de exploração deve ser iniciado em 2023, pela empresa francesa Total Energies (29). De modo geral, a renda do petróleo é considerada uma maneira de amenizar a pobreza no país, porém a empreitada é vista como uma prática ecologicamente não sustentável por parte da sociedade.

O Suriname possui mais de 90% de seu território coberto por florestas tropicais. A floresta amazônica representa boa parte deste território. Sua possível contaminação por vazamentos de petróleo é causa de desconfiança. Além disso, a lógica dos créditos de carbono também é questionada: se, por um lado, a floresta funciona como captadora de recursos deste tipo no mercado, por outro, a produção de petróleo levará à manutenção ou ao aumento de emissões de CO₂; isto, por sua vez, exige uma “Amazônia de pé” para absorver tais emissões, incentivando mais projetos de conservação florestal que captem mais créditos de carbono, sem que se saiba, porém, o limite ambiental deste processo.

Referências:

- 27) Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/clima-e-ciencia/noticia/2023/08/02/presidentes-do-equador-e-suriname-desistem-de-ir-a-cupula-da-amazonia.ghtml>.
- 28) Disponível em: <https://gov.sr/meeting-minister-milieu-brazilie-en-minister-milieu-suriname-vooritlopend-op-de-acto-summit-in-belem-brazilie/> ; <https://gov.sr/suriname-verstevigt-relatie-met-staat-para-van-brazilie/> ; <https://gov.sr/suriname-neemt-deel-aan-ive-amazon-summit-van-acto/>.
- 29) Disponível em: <https://www.poder360.com.br/energia/guiana-ja-descobriu-na-margem-equatorial-75-do-petroleo-do-brasil/#:~:text=No%20Suriname%2C%20a%201%C2%AA%20descoberta,a%20produ%C3%A7%C3%A3o%20comercial%20ainda%20engatinha.>
- 30) Disponível em: <https://apnews.com/article/suriname-offshore-oil-drilling-totalenergies-5bac80ac61b6649d4bf3b0297202e239>.

Venezuela

Por Tháís Batista e Stephanie Braun

Na cúpula da OTCA, a Venezuela foi representada pela vice-presidente do país, Delcy Rodríguez. O presidente Nicolás Maduro havia confirmado sua participação inicialmente, porém não viajou ao Brasil. Na noite anterior à viagem, explicou, em sua conta no Twitter, que faltaria em decorrência de uma otite, mas não notificou oficialmente o governo brasileiro de sua ausência (30).

Além da vice-presidente Rodríguez, a comitiva venezuelana foi composta pelos ministros da Agricultura e Terra, Wilmer Castro Soteldo; Ciência e Tecnologia, Gabriela Jiménez; Povos Indígenas, Clara Vidal; Ecosocialismo, Josue Lorca; pelo chanceler, Yván Gil; vice-chanceler para América Latina e Caribe, Rander Peña; vice-chanceler para Assuntos Multilaterais, Rubén Darío Molina; e pelo embaixador da Venezuela no Brasil, Manuel Vadell (31).

Em seu discurso durante a cúpula (32), Delcy Rodríguez apresentou 9 propostas de Nicolás Maduro relacionadas à preservação e ao desenvolvimento sustentável da Amazônia. Foram elas: 1) criação de uma força-tarefa da OTCA como instância de articulação e união; 2) criação de um plano de desmatamento zero na Amazônia; 3) elaboração de um plano de

reflorestamento da Amazônia, com a criação de um banco de sementes para a preservação da biodiversidade da região; 4) eliminação do uso de metais pesados em atividades de mineração; 5) eliminação do garimpo ilegal na região e promoção de mineração sustentável; 6) criação do Centro de Pesquisas da Amazônia para monitorar a crise climática e preservar saberes tradicionais; 7) lançamento de um satélite amazônico para monitorar a região; 8) elaboração de um plano de desenvolvimento sustentável, ecológico e soberano, em harmonia com a natureza; e 9) fortalecimento institucional da OTCA, com a criação de Conselhos de Ministros de saúde, defesa, povos indígenas, entre outros.

Para além dessas propostas, Rodríguez também destacou três ameaças à Amazônia: 1) a voracidade de multinacionais farmacêuticas e de alimentos na região; 2) a terceirização da função do Estado com a presença de ONGs financiadas pelo capital internacional; e 3) a mercantilização da biodiversidade da Amazônia com a presença de bases militares da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) na região. A vice-presidente concluiu seu discurso clamando pela união entre os países amazônicos para preservar a vida no planeta e defender a região dos ataques do Norte.

Ademais, durante o evento, os representantes venezuelanos realizaram encontros bilaterais para discutir temáticas correlatas à Cúpula. Rodríguez teve uma reunião com o presidente da Bolívia, Luis Arce. O ministro do Ecosocialismo, Josue Lorca, se reuniu com a ministra de Meio Ambiente da República do Congo, Arlette Soudan-Nonault. Finalmente, o chanceler Yván Gil teve reuniões com o presidente da Petrobras, Jean Paul Prates, e com Alessandro Teixeira, assessor da presidenta do Banco dos BRICS, Dilma Rousseff, e especialista em Desenvolvimento, Indústria e Comércio Internacional (33).

Referências:

31) Disponível em: <https://www.folhape.com.br/politica/governo-so-soube-da-ausencia-de-maduro-na-chegada-de-comitiva/284963/>.

32) Disponível em: <https://mppre.gob.ve/2023/08/08/venezuela-presentara-plan-accion-concreto-cumbre-amazonica/>.

33) Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=457F1JV5b48> ;
<https://www.telesurtv.net/news/venezuela-delcy-rodriguez-cumbre-amazonica-20230808-0015.html>.

34) Disponível em: <https://mppre.gob.ve/2023/08/09/mensaje-venezuela-cumbre-amazonia-profundo-dialogo/>.

OTCA

Por Diogo Ives

Em discurso durante a cúpula presidencial realizada em Belém, a secretária-geral da OTCA, María Alexandra Moreira López, celebrou o novo impulso dado ao bloco e saudou a ambição dos países-membros em defenderem uma visão integral para a Amazônia, diante das múltiplas ameaças que a região enfrenta hoje. Entretanto, afirmou que existe um duplo desafio para a implementação da Declaração de Belém: por um lado, serão necessárias ações urgentes; por outro, os países precisarão desenvolver políticas públicas baseadas em evidências científicas e cenários regionalizados (35).

Moreira destacou a necessidade de os países perseguirem uma meta de desmatamento zero até 2030 e de combaterem atividades do crime organizado para alcançá-la. Este combate exigiria um fortalecimento das ações de cada governo nacional na Amazônia, especialmente nas áreas de fronteira, por meio de cooperações binacionais, trinacionais, investimentos na OTCA e formas modernas de governança (36). Além disso, após conversa bilateral com o presidente do Brasil, Moreira apoiou que os países da OTCA atuem como bloco em arenas multilaterais e busquem cooperação internacional em temas como acesso a água, saneamento, tratamento de lixo, saúde e conectividade (37).

A secretária-geral destacou a Alemanha como uma parceira importante da OTCA, após encontro com Niels Annen, representante do Ministério de Relações Exteriores do país, ainda durante a cúpula (38). A Alemanha ajudou, via cooperação técnica, na construção da secretaria geral da organização, em 2002, e desde então colaborou em diversos projetos para a Amazônia. As ações em vista para o futuro tratarão de combate a incêndios, monitoramento de mercúrio nos rios e promoção da bioeconomia.

Para além da dimensão governamental, a OTCA participou da organização de painéis e seminários durante os Diálogos Amazônicos, prévios à cúpula, que envolveram representantes da sociedade civil. Em um dos eventos, Moreira declarou que a participação social nas discussões é importante para se desfazer noções de que a Amazônia deve ser tratada como um santuário, onde não cabem ações humanas. Em vez disso, afirmou que a dimensão ambiental deve ser valorizada tanto quanto as dimensões social, econômica e cultural da Pan-Amazônia. Para tanto, as condições de vida da população local, sobretudo dos povos indígenas, devem ser melhoradas (39).

Um dia após a cúpula da OTCA, Moreira participou da abertura do encontro internacional “Inovação, Finanças & Natureza”, realizado ainda em Belém, no dia 10. O evento foi co-organizado pelo Consórcio Interestadual da Amazônia Legal, pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), pela iniciativa Nature Finance (dirigida por um representante do banco Itaú) e pela rede público-privada Uma Concertação pela Amazônia. A secretária-geral defendeu maiores investimentos em produções de agrofloresta, piscicultura, horticultura e farmácia (40).

Ainda durante o mês de agosto, a OTCA organizou um workshop sobre gestão nacional de água, na Bolívia (41). Além disso, sua sede em Brasília recebeu a visita de representantes da Fiocruz para avaliar cooperações potenciais na área de saúde com o Brasil (42).

Referências:

35) Disponível em: <http://otca.org/pt/17806-2/>.

36) Op. cit.

37) Disponível em: <http://otca.org/pt/secretaria-geral-da-otca-e-lula-conversam-sobre-focar-agenda-no-combate-a-fome-e-a-ilicitos-ambientais/>.

38) Disponível em: <http://otca.org/pt/secretario-estad-bmz-se-reune-em-belem-com-autoridades-da-otca-no-marco-da-cupula-da-amazonia/>.

39) Disponível em: <http://otca.org/pt/otca-atua-como-protagonista-de-atividades-durante-os-dialogos-amazonicos/>.

40) Disponível em: <http://otca.org/pt/secretaria-geral-da-otca-abre-evento-inovacao-financas-natureza-em-belem/>.

41) Disponível em: <http://otca.org/pt/o-governo-da-bolivia-e-a-otca-reunem-especialistas-autoridades-e-a-sociedade-civil-para-tratar-acoes-estrategicas-para-a-gestao-integrada-e-sustentavel-da-agua-na-regiao-amazonica/>.

42) Disponível em: <http://otca.org/pt/explorando-a-colaboracao-em-saude-ambiental-fundacao-oswaldo-cruz-visita-a-otca/>.